

157.^a SESSÃO, EM 26 DE AGOSTO DE 1961

705

representações mais legítimas e do aplauso que corou as declarações dessas representações, há de manter-se fiel às lutas do povo brasileiro, há de respeitar-lhe a soberana vontade, até mesmo porque se não o fizesse perderia a validade a nossa própria representação. (*Muito bem*).

Concluo, Senhor Presidente, na confiança de que a lei será respeitada, de que a vontade do povo será integralmente mantida, como nas urnas foi expressa, com a posse do Senhor João Goulart na Presidência da República. (*Muito bem; muito bem. Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado*).

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Magalhães — 1º Vice). Comunico ao plenário a convocação de uma sessão extraordinária matutina para amanhã às 10 horas. (*Muito bem. Palmas*).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Senhor Antônio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES* — Senhor Presidente, Senhores Deputados, quis o destino que todos nós vivêssemos estes momentos difíceis da Nação brasileira, quis o destino que da nossa atitude, nesta Casa — é a minha crença — vá depender a sorte do regime, porque estou convencido de que, se transigíssemos então viesse a ter neste momento grave da vida brasileira, ela transigiria nesta oportunidade, para cair, de vez, daqui a muito pouco tempo. (*Muito bem. Palmas*).

Evidentemente, devemos todos nós respeito às gloriosas Forças Armadas do País, mas respeitá-las não significa a elas estar submetidos. (*Muito bem, Palmas*), mesmo porque convencido estou de que um Exército que defende a legalidade não pode desejar que a representação autêntica do povo

brasileiro, que é esta Casa, a ele ou a quaisquer forças armadas esteja submetida.

Senhor Presidente, os tanques, os fuzis, tudo isto, a esta hora, em todo este País está nas ruas, em certamente para a defesa da legalidade, para o cumprimento da Constituição. Fora daí, não há outro caminho. Entendo que esta é a hora de marcar posição. Poderia ficar na comodidade. Mas não entendo assim, porque é um dever de todos os homens de minha geração e que participam deste momento histórico da vida brasileira, dar um pronunciamento, uma definição em defesa das liberdades, em defesa da salvação nesta hora — e todos os pronunciamentos já se fizeram sentir nesta Casa — não há partido que queira enrolar a bandeira da legalidade, não há representante do povo que queira trair este povo atrás de soluções que não sejam de respeito à Constituição. (*Muito bem; palmas*).

O Sr. Pereira Nunes — Agradeço ao orador a oportunidade que me dá de fazer um comunicado a esta Casa. Acaba de ser suspensa a "Rádio Jornal do Brasil" do Rio de Janeiro e fui informado seguramente, que estão sendo enviados censores para os jornais do Rio de Janeiro. Como se encontra, constitucionalmente, na Presidência da República o Presidente desta Casa, faço um apelo ao Doutor Ranieri Mazzilli para que mande restabelecer as franquias democráticas, que asseguram a liberdade da "Rádio Jornal do Brasil". (*Palmas*).

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES — O aparte de Vossa Excelência já representa um sintoma muito grave dos dias que começamos a viver. Vem em boa hora, porque esta é a hora de defendermos, quantos representamos o povo brasileiro, as liberdades no Brasil. É muito melhor, cair com honra, do que viver sem ela. É muito melhor, nesta hora, tomar

* Não foi revisto pelo orador.

uma atitude, do que cruzar os braços na indiferença que nos levará, fatalmente, mais hoje ou amanhã, à desgraça total.

Ninguém ignora, somos todos políticos, que muitas fórmulas estão sendo articuladas, mas todos esses articuladores de fórmulas querem a bênção, querem a consagração destas fórmulas exóticas pelo Parlamento brasileiro, tal a certeza que têm de que representamos a vontade do povo brasileiro.

Senhor Presidente, sendo esta a hora de fixar responsabilidades, a nossa atitude deve ser de reagir nesta Casa contra todas as fórmulas. Os formuladores que assumam, perante o presente e, principalmente, perante o futuro, a responsabilidade pelos atos que vão trazer para esta pobre República brasileira. (Muito bem. Palmas).

Estamos todos num esgotamento total, estamos todos sentindo que já é hora de se fixar uma atitude máscula nesta Casa. Felizmente, hoje, com o discurso do Deputado Almino Afonso e com os pronunciamentos que se fizeram ouvir durante seu discurso, traçamos o nosso rumo e todo o Brasil já sabe que esta Câmara não consagrará nenhuma fórmula, mas exige e cumprimento da Constituição.

O Sr. Adahil Barreto — Permita o nobre Deputado. Desejava servir-me da oportunidade do magnífico discurso que Vossa Excelência está fazendo para também fixar a minha posição neste episódio, sobre o qual, creio, aliás, não poderia haver dúvida. Como, no episódio Cafê Filho, com sinceridade e altivez me manifestei contra o impedimento que naquela ocasião se fazia, hoje também ninguém contará com o meu voto para desrespeitar a Constituição. (Muito bem. Palmas). Forno ao lado daqueles que defendem, na causa do Senhor João Goulart, a causa da legalidade, a causa do Brasil democrático.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES — Agradeço sinceramente o aparte de Vossa Excelência. Outra coisa ninguém nesta Casa poderia esperar de um homem com a tradição de bem servir à causa pública e ao Brasil, como Vossa Excelência, Deputado Adahil Barreto. E tenha Vossa Excelência a certeza de que os nossos companheiros de partido que procederam, em 1955, daquela maneira, evidentemente hoje não procederão de outra forma, porque jamais, traíram as tradições do nosso glorioso partido.

O Sr. Milton Reis — Senhor Deputado, Vossa Excelência revive, na bela oração que faz, as mais ricas tradições da Bahia. O povo baiano em hora alguma se curvou ante o direito da força. E Vossa Excelência vem afirmar em nome daquele povo que tão bem representa que todos os representantes do povo brasileiro com assento nesta Casa, dos mais variados partidos, estão convencidos e afirmam que preferem cair com este Parlamento a nêle permanecer com indignidade. Salbam aquêles que conspiram contra o regime que não há clima para nesta Casa fórmula alguma passar. E necessário o fiel cumprimento da Constituição, como bem assevera Vossa Excelência. O povo brasileiro, na rua, do Amazonas ao Rio Grande, já está, ao que fomos informados, propugnando para que seja cumprida a Constituição.

Assim, felicitando-o quero declarar a Vossa Excelência e à Nação que os representantes do povo preferem sucumbir, preferem cair, preferem perder seus mandatos, preferem qualquer situação do que ferir, rasgar a Constituição brasileira, enxovalhando sua consciência jurídica e seu espírito democrático. Aqui estamos para dizer ao povo que cairemos com ele mas não cairemos perante ele.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e, na humildade do meu pronunciamento, só sinto

157.^a SESSÃO, EM 26 DE AGOSTO DE 1961

707

realmente com o meu voto para desrespeitar, pois estou sendo mais do que nunca fiel às tradições da minha terra, fiel à Bahia, que nunca deu outro exemplo senão de defesa da liberdade, principalmente seu grande Governador, que já abandonou uma vez o poder para não compactuar com regimes de fórcas no Brasil.

O Sr. Clemens Sampaio — Nobre Deputado Antônio Carlos Magalhães, Vossa Excelência, com brilho e patriotismo, vem, nesta oportunidade, secundar as afirmações do grande Governador da Bahia General Juracy Magalhães, que, perante a Nação, já definiu sua real posição de defesa das instituições, de luta pela Constituição e pela posse do Presidente da República João Goulart. Vossa Excelência com esse pronunciamento, honra seu passado, honra nossa Bahia, dignifica este Parlamento. Com sua bravura cívica e sua coragem moral, afirma a posição da qual não arredamos o pé, para estarmos ao lado do povo, em favor da democracia e pela grandeza da Pátria. De modo algum colocaremos o Brasil em situação humilhante no cenário internacional. Somos hoje um país emancipado, um país engrandecido, que aparece no concerto das nações como a unidade de um grande povo que evolui, que progride, que trabalha e que sabe o que quer, legitimamente, dentro do regime democrático. Que nos respeitam, que respeitam a Pátria brasileira, aqueles que pensam em fórmulas para destruir, para rasgar nossa Constituição.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES — Muito obrigado a Vossa Excelência.

O Sr. Armando Carneiro — Permita-me, Sr. Deputado, muitas vezes nos acontecimentos da História, há o pagamento certo das incoerências. Nesses pagamentos, quando saldo são creditados, temos que voltar um pouco atrás e nos lembrarmos das diversas leis

que esta Casa votou nas horas amargas e nas horas apertadas da sua conjuntura e da conjuntura nacional. Pois bem, Sr. Deputado: nessas horas amargas, fizemos muito admirante de pijama que hoje é Ministro; fizemos muito oficial da praia que hoje é general. Chegamos ao cúmulo, depois de uma luta incessante em momentos tão trágicos como este que envolviam a crise nacional, de fazer com que o Sr. Marechal Odílio Denys fizesse um Marechal da ativa. O que quer Sua Excelência agora? Quer que este Congresso se abixe e vote uma lei para fazê-lo Presidente da República? É impossível, Sr. Deputado. Os moços como os velhos não daremos a Sua Excelência o que quer. Quer uma lei para ser Presidente da República. Quer ser talvez candidato da União Democrática Nacional? Não faremos isto.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES — Neste ponto Vossa Excelência não tem nenhuma, razão porque não é da tradição de meu partido procedimento desta ordem. Rebusque a História a História que, certamente, os encontrará em outra facção política, que não a nossa.

O Sr. Armando Carneiro — Vossa Excelência é diferente da UDN. A UDN de que falo não é de Vossa Excelência, é a outra.

O Sr. Waldir Simões — A do Sr. Carlos Lacerda.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES — Seria irrisório, se não chegassem a ser ridículo, que quiséssemos traçar rumos para as Fôrcas Armadas do País. Não será demais, entretanto, que eu diga, neste instante, que esperamos que as Fôrcas Armadas brasileiras cumpram, como têm cumprido até aqui, os seus deveres para com a legalidade, os seus deveres para com a Pátria. Esperamos, Senhor Presidente, que as Fôrcas Armadas jamais decepcionem o povo brasileiro, que elas mantenham a sua tradição de glórias, que elas

representem o papel relevante que sempre representaram até hoje...

O Sr. José Guiomard — Sobre tudo de despreendimento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES — ... de guardiães da liberdade e, como me aparteia muito bem o nobre colega, que continuem essa tradição de despreendimento que tem sido a sua maior força e a do País.

O Sr. Benjamin Farah — Meu nobre colega, membro da Constituinte de 1946, estou vivendo hoje um dos maiores dias de minha vida, quando vejo um moço como Vossa Excelência assomar à tribuna para defender a Constituição que elaboramos. A voz da Bahia não poderia faltar, precisamente do Estado que deu o maior paladino da liberdade que o Brasil já teve — o grande Rui. Senhor Deputado, não li nenhum pronunciamento do honrado Marechal Denys contra a posse do Senhor João Goulart, o Presidente constitucional do Brasil, que se há de empossar inclusive com o apoio das Forças Armadas. A questão não é militar: é um problema constitucional. O Marechal Denys e os outros chefes militares não precisam viver nenhuma apreensão ou aflição. Eles têm um instrumento, que é a Constituição.

O SR. ARMANDO CARNEIRO — Quem outra lei.

O Sr. Benjamin Farah — O Marechal Denys, que é, sem dúvida, o militar mais forte neste momento, por que é o que comanda maior contingente militar, tem um exemplo nos antepassados, no grande Duque de Caxias, cuja data de nascimento comemoramos ontem; tem o exemplo do Marechal Lott que, em 1955, preferiu entregar o governo ao poder civil. Não acreditamos que o Marechal Denys de grandes serviços prestados ao Brasil, vá manchar sua espada permitindo-se conspurgue a Constituição. Faço um apelo a esse grande soldado: ao retirar-se da vida ativa da

pasta, o faça com o orgulho de ter cumprido seu dever — defender a Constituição da República!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES — A crença de Vossa Excelência, estou certo, é a de todo o povo brasileiro, que nesta hora deposita a sua confiança nas Forças Armadas do Brasil. As ditaduras, sejam elas diretas ou mascaradas, como a do grande Otávio Mangabeira, parecem-se com os flagelos e como eles, são passagieras; só a liberdade é eterna e, só a democracia assegura o reino da liberdade.

Neste momento, Sr. Presidente e Srs. Deputados fiz questão de traduzir o meu pensamento e de dizer que, nas limitações das minhas poucas forças, aqui estarei em defesa da legalidade, pelo cumprimento da Constituição, porque prefiro ver a minha carreira política encerrada a traír os ideais que sempre nortearam a minha vida. (Muito bem; palmas prolongadas. O orador é cumprimentado).

Discussão única das emendas do Senado ao Projeto número 3.137-C, de 1957 que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 150.000,00, destinado a auxiliar o Instituto Histórico de Minas Gerais, no desenvolvimento de sua atividade, instalação da sede, aquisição de mobiliário e livros e comemorações do cinquentenário de sua fundação; tendo pareceres favoráveis das Comissões de Educação e Cultura e de Finanças.

Relatores: Senhores Cardoso de Menezes e Mário Beni.

O SR. PRESIDENTE — Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte

REQUERIMENTO

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados:
Encontrando-se na Ordem do Dia, de hoje, sob nº 31, o Proje-